

Vikings ou tupinivikings? A tese dos nórdicos no Brasil pré-cabralino

Resumo: O presente artigo propõe uma análise dos primeiros momentos das representações sobre os vikings no Brasil, especialmente em torno da tese de que navegantes e colonos de origem nórdica teriam aportado na América do Sul. Utilizamos como principal metodologia o referencial dos usos do passado no referencial de Niels Kayser Nielsen e os estudos de recepção de temas nórdicos.

Palavras-chave: Vikings; História do Brasil; pré-cabralino

Os vikings estão na moda pelo Ocidente, mas também no Brasil: abundam pelo país diversas feiras medievais de caráter nórdico e encontros de entusiastas caracterizados com indumentárias. Uma vila viking foi criada em São Paulo, bem como também temos a criação de grupos musicais, jogos e entretenimentos atrelados ao universo viking. A proposta básica deste artigo é apresentar um panorama bem mais antigo da vikingmania no Brasil, tendo como principais problemáticas as questões: quais as causas deste interesse cultural em nosso país? Como os vikings se relacionavam com questões sociais e culturais do momento em que foram formadas as teses sobre a sua suposta presença? Quais as seleções que foram promovidos em torno da figura literária e histórica dos vikings?

Como principais referenciais teóricos e metodológicos empregamos a noção de usos do passado. Nielsen (2012) enuncia que este seria o estudo da seleção da ênfase e ou desconsideração de determinados conteúdos históricos para a promoção de interesses políticos, de entretenimento ou de identidade de certos grupos, em um contexto histórico específico. Como complemento, utilizamos a teoria da recepção: como um receptor entendeu um artefato cultural (Ross, 2018, p. xxii-xxiii), ou então, quais foram os significados e os sentidos atribuídos a conteúdos históricos (Marcuse, 2003). Para nosso intento, procuramos

determinar de que forma intelectuais europeus e brasileiros criaram usos do tema dos vikings e quais foram as suas reinterpretações

Nosso estudo será dividido em quatro momentos. O primeiro concederá uma abordagem geral sobre o conceito de viking e a formação do referencial moderno durante o Oitocentos. A segunda parte envolverá as discussões sobre os nórdicos segundo os intelectuais dinamarqueses e os vinculados ao IHGB; num terceiro momento as interpretações do naturalista João Barbosa Rodrigues. A quarta seção envolverá as teses de Jacques de Mahieu durante os anos 1970.

A invenção histórica dos vikings

Viking é um termo multifacetado e com diversas interpretações nos dias de hoje. Originalmente era uma palavra que designava uma atividade ocupacional, relacionada especialmente com a pirataria ou atividade náutica e suas origens etimológicas são anteriores ao século VIII d.C. (Heide, 2005, p. 41-54). Durante a Era Viking¹ a etimologia surgiu em algumas inscrições de pedras rúnicas da área danesa do século X d.C., designando grupos de pessoas envolvidas em atividades marítimas ou guerreiras, um indivíduo morrendo em ‘atividade viking’ e um caso de antropônimo: “Toke, o viking” – mas, neste caso, a prática nomeou uma pessoa.² Em nenhuma destas inscrições desta região o termo viking designava um sentido étnico, algo que foi demarcado em outras inscrições somente como sendo *dani*, os daneses (Langer, 2024a, p. 148-152).

Na Era Viking e nas fontes medievais também existiram pessoas de origem não escandinava que foram referidas como vikings e cuja designação como tal

¹ *Era Viking* é uma periodização tradicional dentro dos estudos escandinavos. Ela foi criada na década de 1830 por historiadores dinamarqueses sob o termo *vikingetiden*: inicialmente significando período ou tempo dos vikings, depois tendo uma conotação de Era Viking (durante os anos 1880), o seu sentido atual. Durante o século XIX, a Era Viking foi delimitada por elementos internos, mas após o sucesso da historiografia britânica, ela tradicionalmente foi demarcada entre os períodos de 789 a 1100 d.C. Langer, 2025b, p. 49-146).

² É de se destacar que estas expedições ou empreendimentos guerreiros nem sempre tinham apenas o objetivo de pilhagem de riquezas, mas também de obtenção de um maior poder e ou estatuto social por parte de algumas pessoas envolvidas nela por meio destes objetos (Winroth, 2012, p. 41-51; Krüger, 2008, p. 211-221).

também ocorreu no contexto de conflitos militares tanto na água como em terra. Na tradição em prosa medieval, geralmente o termo possuía um cunho pejorativo, especialmente para pessoas que não tinham uma origem e estatuto social elevado. É possível que essa visão negativa tenha sido influenciada pela literatura religiosa, associando o viking com o pagão. Quando o viking foi representado literariamente com conotações positivas (por exemplo nas sagas islandesas) comumente foi identificado com o antepassado do protagonista (Krüger, 2008, p. 211-221). Nunca o termo foi utilizado num sentido étnico em uma saga islandesa – por exemplo, a maioria dos personagens da *saga de Njal* não se autodenominam vikings (Faulkes, 2007, p. 47).

Após o século XV, o tema dos vikings vai ser circunstancial e com muito poucas referências literárias, históricas ou artísticas. As menções objetivas aos antigos nórdicos praticamente desaparecem de obras relacionadas ao Medievo ou da própria Escandinávia durante os séculos XVI e XVII, sendo muito pouco mencionados ou sequer citados. O seu ressurgimento pleno acontece depois do denominado *Renascimento Nórdico*³, um movimento cultural e estético ocorrido no Ocidente a partir de 1755, que vai divulgar e popularizar diversos temas nórdicos medievais por toda a Europa. Primeiramente ele ocorreu através de traduções para línguas vernaculares modernas das *Eddas* e sagas islandesas, promovendo de forma mais ampla a divulgação da Mitologia Nórdica. Os heróis das sagas também são pouco a pouco conhecidos do grande público, mas a construção do conceito de viking foi efetivamente bem mais lenta.

As representações étnicas tiveram início com o Romantismo na Escandinávia, no alvorecer do século XIX. Viking passou a ter um significado amplo, designando qualquer indivíduo, de qualquer idade e gênero que tenha

³ O *Renascimento Nórdico*, enquanto expressão estética, foi uma alternativa ao neoclassicismo que então era predominante, fundindo a visão do nobre selvagem do Iluminismo ao recente conceito do sublime pré-romântico. A arte sublime passou a ser considerada dentro do interesse pela poesia “barbárica” e arcaica, de antigos povos que não haviam sido desvirtuados pela civilização moderna, mas essa antiga literatura passa agora a ser distorcida, readaptada ou reinterpretada (Ross & Lönnroth, 1999, p. 3–28).

vivido na Escandinávia durante a Era Viking, uma interpretação que segue viva até nossos dias, especialmente na cultura pop. Contudo, ela também fazia muito sucesso, sendo empregada tanto por artistas quanto intelectuais e acadêmicos. Ela não levava em conta que as mulheres não participavam ativamente das expedições predatórias e nem das inúmeras diferenças sociais e étnicas de cada região escandinava⁴. A palavra *viking* adquiriu uma associação extremamente objetiva com *escandinavo*, indo de encontro aos ideais nacionalistas de identidade (Berg, Jensen, 2019).

Em 1811 foi publicado um dos principais demarcadores das modernas representações de nosso tema: o poema *Vikingen* (O viking), pelo sueco Erik Gustav Geijer, popularizando diversos estereótipos.⁵ Neste poema percebemos uma ênfase na figura do nórdico não somente como pirata, mas um guerreiro que assola os mares, saqueando, roubando e estuprando – vistas como atitudes gloriosas. Os mares tornam-se o território e o lar do viking, mais do que tudo. E, também, o poema exalta uma suposta capacidade inata do nórdico antigo para a guerra e a aventura, criando a partir de então uma fórmula da representação nas artes visuais e na literatura: o viking é um intrépido navegador, reina sobre os mares, obtém tudo o que deseja e suas atitudes são totalmente heroicizadas (Langer & Menini, 2020, p. 715).

Com a popularização das sagas islandesas, por meio de várias traduções para as línguas contemporâneas, além dos avanços da pesquisa arqueológica, o mundo nórdico da Era Viking começou a ser cada vez mais popular, criando diversas imagens que iriam caracterizar definitivamente os referenciais sobre os

⁴ Só para citar algumas: Danir, Eydanirr, Skanungar (Região danesa); Gautar, Sviar, Viskar, Vestmenn (região sueca); Víkverjar, Rygir, Sygnir (região norueguesa) (Christensen, 2002, p. 113). Na série *Vikings: Valhalla* (2022-2024), logo no primeiro episódio da primeira temporada, em uma reunião de nórdicos provenientes da Groenlândia e de diversos locais da Escandinávia, todos denominam-se *vikings*, algo historicamente incorreto.

⁵ Também no século XIX foram criados outros estereótipos, a maioria ainda vigentes na recepção contemporânea: o viking como um invasor cruel e bárbaro; o viking como cavaleiro medieval; o viking como homem livre em uma sociedade igualitária; o viking como um bárbaro utilizando copos feitos de crânios humanos (Langer, 2021, p. 136-137).

habitantes da Escandinávia antiga. Muitas destas representações surgiram na Dinamarca oitocentista: os vikings utilizando elmos com chifres e asas laterais (em 1842: Djupdræt, 2022, p. 14); os vikings antes de serem guerreiros eram comerciantes pacíficos (em 1851: Langer, 2025b); a idealização do mundo nórdico da Era Viking como sendo uma sociedade igualitária (em 1876: Langer, 2025b).

O historiador dinamarquês Carl Christian Rafn (1795-1864) definia as sagas como autênticas memórias da história da Escandinávia, repletas do “espírito do país” (*Fædres Aand*) e que todo homem e mulher com educação ou estudiosos deveriam conhecer. Sobre os vikings ele define estes como sendo “bravos heróis” (*djærve Helte*) e suas narrativas como eventos reais que teriam ocorrido na Dinamarca (Rafn, 1829, p. iii-iv). Apesar de serem literatura, as sagas (ao lado das *Eddas* e material folclórico) são percebidas pelo romantismo europeu como verdadeiras fontes históricas, pois conteriam o espírito popular das nações.

A obra de Carl Rafn merece ser seguida com mais alguns detalhes. Hoje em dia, ele é muito conhecido entre os escandinavistas por ter criado uma famosa classificação das sagas islandesas, ainda em uso, mas em sua época ele ficou famoso principalmente por duas questões: suas traduções da literatura nórdica medieval e as suas teorias sobre a presença nórdica no continente americano antes de Colombo. Rafn era um grande entusiasta dos vikings e das sagas. Para ele, as fontes literárias expressavam o espírito nórdico antigo (*Oldnordens Aand*), sendo os antigos nórdicos nobres de alma e com inúmeras façanhas honradas (Rafn, 1821, forord). Deste modo, a sua história deveria ser resgatada. Também é importante destacar que Rafn foi um dos fundadores da *Det Kongelige Nordiske Oldskriftselskab* (Real Sociedade dos Antiquários do Norte), que viria a ter uma influência muito além da Dinamarca.

Em seu famoso livro *Antiquitates americanæ* (publicado pela referida Real Sociedade), os jómvikings foram citados como os heróis mais famosos e nobres da Região Setentrional (Rafn, 1837, p. 227). Apesar de ser escrito em latim, o autor

também publicou vários compêndios em inglês sintetizando as suas ideias principais e reunindo provas de que os antigos escandinavos teriam aportado em alguma região da Nova Inglaterra, nos Estados Unidos. Essas evidências seriam de dois tipos: as sagas islandesas, que conteriam elementos provando a navegação nórdica pela região atlântica Oeste; vestígios materiais que seriam uma espécie de marco desta presença (as inscrições de Dighton e a torre de Newport, em Rhode Island, que hoje sabemos serem inscrições indígenas e a segunda uma estrutura de origem colonial), ambas na Nova Inglaterra. O livro teve repercussões imensas, originando muitas publicações e investigações pelos norte-americanos, inclusive fraudes arqueológicas. O primeiro registro do termo *viking* nestas paragens deu-se por influência de Rafn, em um poema de Henry Longfellow em 1841: *The Skeleton in Armor* (Langer, 2012, p. 1-16).

O objetivo de Rafn era criar na mente do leitor formas correlatas de inscrições antigas: para Rafn, todas seriam parte de um grande legado nórdico, que agora era recuperado pela pesquisa antiquarista. Este historiador dinamarquês pretendia provar a existência histórica de Vinland na Nova Inglaterra. Ele mantinha contato com vários intelectuais norte-americanos, que também tinham um interesse na teoria de que os nórdicos haviam descoberto a América. O seu livro era um grande projeto editorial que dependia de financiadores e a maioria era proveniente deste país – com isso, Rafn queria ligar os protestantes do Velho Mundo com os seus descendentes do Novo Mundo, ao longo da costa Leste (Hunter, 2015, p. 248). Esse intercâmbio de Rafn com os intelectuais norte-americanos estava inserido em uma vasta rede de correspondência mundial, relacionada com a Real Sociedade dos Antiquários do Norte, do qual ele foi o mais profícuo representante. Suas mais diversas traduções nas mais variadas línguas ocidentais também refletiam sua ambição frente ao panescandinavismo e difusão do nordicismo pelo mundo (Simonsen, p. 2018, pp. 73-98). Dentro desta rede de intercâmbio temos a presença do Brasil.

Carl Rafn e o IHGB: os vikings no Brasil

O livro de Carl Rafn, *Antiquitates Americanae*, foi resumido na *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, em 1840. Diversos acadêmicos ligados ao IHGB (Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro) e ao governo brasileiro acreditavam que tanto a pedra da Gávea (RJ) quanto outros pontos de nosso litoral possuíam inscrições rúnicas, todos influenciados por Rafn, com o qual também mantinham correspondência.

A possível descoberta de antigos textos em linguagens quase desconhecidas era uma imagem que assolava os intelectuais do Rio de Janeiro nos anos 1830, que reproduziam os mesmos anseios que presenciamos até o momento com Carl Rafn, a exemplo deste relato de Manuel Porto Alegre, antiquarista e membro do IHGB: “A descoberta de uma inscrição é um facto, que póde fazer uma revolução na historia; que pode reconquistar idéas perdidas (...) abrir uma estrada luminosa do passado ao futuro” (Porto Alegre, 1839, p. 98, grafia original).

A exemplo da obra do dinamarquês, também os brasileiros possuíam uma afinidade muito grande com as recentes descobertas do egiptólogo francês: “Conclama-se a aparição de algum champoleon brasileiro (...) para com o facho de seu genio indagador iluminar esta parte tão obscura da historia primeva do nosso Brazil” (Porto Alegre, 1839, p. 103, grafia original).

O IHGB havia sido fundado em 1838, no Rio de Janeiro, tendo como principal missão escrever a memória nacional, dotando o país de um passado único e coerente, tendo como fio condutor a ideia de continuidade: a agremiação esforçava-se para articular o presente, futuro e o passado para sustentar o projeto de consolidação do Império (Guimarães, 2002a, p. 380).⁶ Vários membros do

⁶ O IHGB criou uma linha de interpretação da História do Brasil baseada especialmente no papel civilizador e progressista do Estado, desempenhando um papel fundamental na historiografia oitocentista brasileira: “contribuindo significativamente para a formação dos mitos e do imaginário da nacionalidade. A Revista do Instituto Histórico, que o IHGB publicou regularmente a partir de sua fundação, constituiu um destacado espaço de discussão de natureza política e cultural em torno de questões da organização social, de suas bases e conteúdo, durante o século XIX” (Guimarães, 1988, p. 5-27).

IHGB eram entusiastas da teoria de Rafn sobre a presença nórdica na América antes de Colombo, bem como se tornaram sócios da Real Sociedade dos Antiquários do Norte, com intensa correspondência, como D. Pedro II, que inclusive, era um dos membros fundadores (Guimarães, 1994, p. 499-505).⁷



Figura 1: Inscrições da Pedra da Gávea no Rio de Janeiro (Porto Alegre, 1839, encarte entre as páginas 76-77, litogravura de A. de Pinho Lima), consideradas hoje de origem natural.

Todavia, e quanto ao apelo de Manuel Porto Alegre? Teria surgido o dito “Champolion brasileiro”? Pelo menos para os referenciais da época, sim. Após uma equipe do IHGB ter copiado as supostas inscrições da Pedra da Gávea, no Rio de Janeiro, ela foi reproduzida na segunda edição da Revista do IHGB, tendo como litógrafo A. de Pinho Lima (figura 1). Imediatamente, o Instituto recebeu uma carta de Rochus Schüch (vulgo Roque), alegando ter decifrado as ditas inscrições. Schüch era natural da Morávia e foi professor de Ciências Naturais em Opava. Em 1817, ele veio ao Brasil como bibliotecário da corte, sendo mais tarde curador do gabinete mineralógico de D. Leopoldina e professor de alemão de Pedro II (Hillbrand-Grill, 1999, p. 285).

Na carta, o naturalista afirmou que as ditas letras seriam obra dos nórdicos antigos:

Pela comparação de inscrições (...) na obra moderna, *Antiquitates Americana*, achei algumas letras, 2 até 3, que parecem serem as mesmas como na ponta da Gavia, e tem alguma probabilidade que pertencem aos Runos. O alfabeto rúnico, que chegou a uma época mto anterior à nossa era, tem como o dos

⁷ Sobre as relações, as correspondências e os ideais que uniram o IHGB com a Real Sociedade dos Antiquários do Norte, consultar: Holten; Guimarães, 1997; Guimarães, 1994.

Phenicios 16 caracteres, semelhando-se não somente entre si, mas também ao Grego e ao latim (Schüch, 1839, grafia original).

É interessante perceber que a questão das inscrições foi realmente algo central na mente de Schüch, a ponto de empregar o termo “runos” como gentílico, um procedimento totalmente não usual entre os escandinavistas até hoje, mas, por outro lado, demonstra a sua falta de maior familiaridade com a bibliografia de sua época sobre os nórdicos antigos (ou ‘vikings’).

Para os intelectuais em geral na década de 1830, era muito natural a concepção de que a América teria sido visitada por navegantes antigos.⁸ De um lado, seria possível descobrir os traços de suas visitas, e de outro, poderiam ser encontrados vestígios de sua antiga civilização de forma decadente, sob a forma de traços linguísticos nas populações contemporâneas de nativos: “(...) o dualismo dos índios manáos na província de Pará, que tanto parece ao dualismo dos povos antigos da Escandinávia, fazem esta suposição ainda mais provável” (Schüch, 1839, grafia original).

Na realidade, a tese decadentista dos povos originários da América era muito mais antiga, remontando aos escritores coloniais e tendo seu auge durante o Iluminismo, onde se mesclaram hipóteses eurocêntricas, raciais, colonialistas, bíblicas, entre outras (Gerbi, 1996, p. 19-334). No contexto dos anos 1830, adaptou-se essa velha corrente de pensamento às recentes considerações sobre inscrições e à vinda dos povos nórdicos, que naquele momento era a mais corrente.

Também dezenas de vestígios de arte rupestre estavam sendo investigados em Minas Gerais, especialmente pela obra dos dinamarqueses Peter Lund, Peter Claussen e Peter Andreas Brandt. Elas foram consideradas por Rochus Schüch como tendo origem nórdica: “As inscrições de Minas parecem serem de hum

⁸ As teses de que antigos navegantes teriam aportado no Brasil antes de Cabral faziam parte de um movimento maior, no século XIX, de se criarem origens ‘heroicas e nobres’ para o conceito de Estado-Nação brasileiro. Sobre o tema, ver mais detalhes em Langer, 2000.

tempo mais moderno, porém também, provavelmente rúnicas” (Schüch, 1839, ortografia original).

Seja com fissuras naturais da rocha (a Gávea), seja com pinturas rupestres (todas figurativas), seja com a linguagem indígena moderna, todas possuem marcas de uma antiga cultura do Velho Mundo – nada mais conveniente aos propósitos civilizadores do IHGB, interessado naquele momento em se desvincular do passado português, africano e indígena. Os nórdicos seriam muito mais adequados: eram heroicos, navegadores e tinham o principal elemento que definia os parâmetros intelectuais e civilizacionais para a Antiguidade - *tinham inscrições alfabéticas*. No final de sua carta, Schüch recomenda aos membros do Instituto que enviem cópias dos caracteres para os sábios de Viena, com o intuito de traduzirem as inscrições.



Figura 2: Inscrições da ilha do Arvoredo, em Santa Catarina (Debret, 1834-1839, pl. 33, litogravura de Thierry Frères), que na realidade são gravuras da denominada *tradição litorânea catarinense* (Prous, 1992, p. 513).

A busca por inscrições antigas foi um grande alento entre os acadêmicos. Em suas viagens pelo Brasil, o conhecido pintor Jean Baptiste Debret também não ficou de fora desta tendência. Durante uma incursão ao litoral catarinense, ele e os membros da embarcação teriam avistado misteriosas inscrições na ilha do Arvoredo, próxima à Florianópolis, que foram reproduzidas em litogravura no

seu famoso livro *Voyage pittoresque et historique au Brésil*, publicado em Paris em 1839 (figura 2).

No mesmo ano, durante uma reunião do IHGB, cogitou-se a formação de uma expedição para estudar melhor esses vestígios: “(...) o Instituto se apressou a encarregar ao seu sócio correspondente Falcão da Frota, a investigação d’este anunciado letreiro” (Barbosa, 1839, p. 279). Estes supostos letreiros na realidade constituem outro tipo de arte rupestre indígena, mas ao contrário das existentes em Minas Gerais, não são pintadas e nem figurativas: são motivos geométricos, abstratos e simbólicos gravados diretamente na rocha, a denominada tradição litorânea de nossa pré-história, que ocorre em várias ilhas da costa catarinense (Prous, 1992, p. 513).

O estudo das inscrições de origem nórdica iria ainda receber outro impulso em nosso país. O mesmo Instituto havia publicado integralmente um documento, denominado de manuscrito 512, existente na então livraria da corte (atual Biblioteca Nacional), relatando a descoberta de uma cidade perdida nos confins da Bahia.⁹ O documento relata a existência de praças, templos, esculturas e casas em ruínas, tudo dentro de um estilo classicista, tendo inclusive, moedas sendo descobertas por uma expedição do século XVIII. Porém, o mais fascinante item foram as reproduções das inscrições encontradas no local, destacadas no primeiro número da *Revista do IHGB* em duas páginas. O relato desta localidade logo chamou a atenção dos acadêmicos estrangeiros, entre eles o citado Peter Lund, que residia em Minas Gerais desde 1825, vulgo pai da Paleontologia e Arqueologia brasileiras. Lund possuía contato com Carl Rafn e foi ele que instigou o IHGB a manter correspondência com a Real Sociedade dos Antiquários do Norte (Guimarães, 2002b, p. 575).

Peter Lund publicou uma tradução ao dinamarquês do manuscrito 512, no periódico *Antiquarisk Tidsskrift* na década de 1840, entusiasmado com a

⁹ Para detalhes sobre a cidade perdida ver: Langer, 2002a, p. 127-152.

possibilidade que tais ruínas fossem de origem nórdica. Em correspondência com o Cônego Barboza, secretário do IHGB, afirmou: “(...) huma descoberta de mais alta importancia para a historia antiga do Brasil (...) em caso de verificar a hypothese de hum ilustre membro do Instituto que derivou esses monumentos dos antigos Scandinavos” (manuscrito, 1839, Ny Kgl. Samling 2677: Holten & Guimarães, 1997, p. 41). Em 1841 o escandinavista francês Pierre-Victor Lerebours aventa a possibilidade da cidade perdida ser um centro de origem islandesa, sendo a estátua constante na descrição do manuscrito 512 uma representação de deidade nórdica: “et une statue de Thor avec tous ses attributs, son marteau, ses gantelets et sa ceinture magique” (Lerebours, 1841, p. 36).

Uma comissão de investigação financiada pelo IHGB logo tratou de investigar o interior da Bahia, tentando encontrar as ditas ruínas, liderada pelo cônego Benigno de Carvalho. Fracassando neste objetivo, as ruínas foram consideradas fantasiosas no final dos anos 1840. Em nova correspondência ao secretário da Real Sociedade dos Antiquários do Norte, Carl Rafn, o naturalista Peter Lund questionou a credibilidade da localidade baiana, apesar do seu entusiasmo inicial. Além de comparar os animais descritos no relato com os verificados na região, questionando a sua comprovação zoológica, atentou que as suas inscrições seriam muito mais semelhantes ao grego antigo (Lund, 1845, p. 153). Com o término da década de 1840, o IHGB abandona as investigações sobre a cidade perdida da Bahia, limitando-se ao estudo dos vestígios indígenas e coloniais de nossa História. O cônego Benigno de Carvalho e Cunha, o encarregado pelo IHGB das buscas das ditas ruínas pelo interior, morreu na Bahia em 1848 (Guimarães, 2002c, p. 160). A hipótese nórdica desta cidade abandonada ainda foi aventada pelo historiador francês Émile Adêt, no periódico *La Revue Indépendante* (Adêt, 1845, p. 504). Ela também foi citada em uma obra escandinavista dos anos 1870, mas o seu autor confundiu a carta de Schüch sobre

a Gávea como uma referência da cidade perdida (Gravier, 1874, p. 235-237), o que demonstra que o tema já estava plenamente fantasioso entre os intelectuais.

Identificar o lugar da nação, com que critérios e a partir de que momento teve início foram as questões principais levantadas pelos membros do IHGB. Em outros termos, o discurso da elite nacionalista identificou a nação brasileira a um mito de origem, à cidade perdida - que passou a ter um valor paradigmático ao final dos anos 1830, constituindo um modelo de referência do passado nacional: os nórdicos, uma geração perdida, uma civilização muito avançada, que teria deixado supostamente marcas pelo território, rastreadas neste momento pela arqueologia, mas que não resistiu a uma investigação mais criteriosa de campo.

Os vikings na Amazônia

A tese da presença nórdica foi aos poucos sendo esquecida em nosso país, mas ela retorna brevemente durante o fim do período imperial, sob a escrita de um naturalista chamado João Barbosa Rodrigues (1842-1909). Rodrigues era um autodidata de base, dedicando-se à pesquisa de diferentes áreas como arqueologia, etnografia, linguística, botânica, indigenismo, química e farmácia, tornando-se um dos cientistas de maior expressão dentro e fora do Brasil ao final do Oitocentos (Sá, 2001, p. 900). A obra arqueológica de Rodrigues foi em sua época tanto referendada quanto questionada, sendo as bases de seu pensamento advindas do IHGB, especialmente da classificação sistemática e teorias linguísticas de Carl Friedrich Philipp von Martius (Ferreira; Noelli, p. 74).

Seguiremos neste artigo seus três estudos publicados na *Ensaio de Sciencia* de 1876 a 1880, todos tratando de arqueologia amazônica, resultados de uma missão científica efetuada de 1872 a 1875. As publicações envolvem três pesquisas, separadas pelos temas de armamento e instrumentos líticos, objetos cerâmicos e montículos artificiais. No primeiro e segundo estudos, Rodrigues defende a tese de que os grupos indígenas da Amazônia teriam sido descendentes degenerados

de nórdicos, que vieram da Europa via Islândia e colônias da América do Norte. Para referendar essa interpretação, ele utiliza a morfologia dos objetos líticos encontrados na Amazônia (especialmente machados), que teriam semelhança com os produzidos no norte europeu (1876a, p. 94, 99); os sambaquis¹⁰ amazônicos teriam semelhança com os sambaquis da Dinamarca (*kjokkenmøddinges*, 1876a, p. 98); os montículos funerários da região amazônica muito semelhantes aos encontrados na Suécia (1880, p. 5); a analogia existente entre imagens da arte rupestre amazônica com inscrições encontradas na América do Norte e interpretadas como de origem nórdica (1880, p. 47).

A primeira coisa a considerarmos é a extrema confusão que o autor cometeu com os vestígios arqueológicos provindos da Dinamarca. Desde os anos 1830 já se estudava o passado nórdico por meio das três fases da classificação de Christian Jürgensen Thomsen (Idade da Pedra, do Bronze e do Ferro), dessa forma, os vestígios encontrados relativos aos nórdicos do Período Viking (este uma extensão tardia da Idade do Ferro) já eram considerados diferentes de outros períodos e culturas, como a do homem pré-histórico do Mesolítico, o autor dos sambaquis na Dinamarca. A questão é que Rodrigues lia diferentes autores e pesquisas em francês, alemão e inglês de diversos periódicos e livros (especialmente Carl Rafn, Paul Gaffarel, Gabriel Gravier e Pierre-Victor Lerebours), mesclando épocas diferentes em torno de um ideal, a do antigo habitante da Dinamarca, que teria vindo para a América e o Brasil, utilizando diferentes expressões pelo texto: dinamarqueses (1876a, p. 99), “povo scandinavico” (1876a, p. 100), normandos (1876a, p. 110), reis do mar (1880, p. 48), filhos de Odin (1876a, p. 125), companheiros de Odin (1876a, p. 99), povo de Odin

¹⁰ Os sambaquis são acumulações artificiais de conchas de moluscos e vestígios da alimentação de grupos humanos. Todos os sambaquis da bacia amazônica foram agrupados numa tradição denominada de ‘Mina’, com datações chegando a 3.200 a.C. (Prous, 1992, p. 204, 433). Os sambaquis da Dinamarca, que hoje recebem o nome de *køkkenmødding*, são vestígios datados do Paleolítico até a Idade do Ferro, mas os dados investigados pelos dinamarqueses durante os anos 1830 a 1850 (aos quais Rodrigues teve acesso via traduções francesas), remetem essencialmente a estruturas datadas do Mesolítico europeu (Price, 2015, p. 26), sem nenhuma relação com os sambaquis amazônicos.

(1880, p. 29), descendentes de Odin (1880, p. 76), “sectarios de Thor” (1880, p. 6, todas as expressões são originais do autor).

A expressão *dinamarquês* (e *povo escandinavo*) provém essencialmente de Carl Rafn, que tratava de promover o escandinavismo pelo mundo e possuía essencialmente um apelo nacionalista para o passado do seu país (Simonsen, 2018, pp. 73-98). A expressão *normando* era muito popular nos escandinavistas de origem francesa (como Paul Gaffarel, Gabriel Gravier e Pierre-Victor Lerebours, todos citados por Rodrigues). O termo *reis do mar* surgiu inicialmente pela interpretação do termo vikings como sendo vi-kings (sea-kings, reis do mar, reforçado pelo nórdico antigo *sækonungr*, reis do mar, das sagas islandesas) em língua inglesa, ao final do século 18, rapidamente popularizada na França e em outros países. Contudo, a sua grande repercussão veio com o poema *Vikingen* (1811), do poeta sueco Erik Gustaf Geijer, que foi traduzido por quase toda a Europa. Aqui nós temos a principal chave de compreensão do viking enquanto um aventureiro heroico que se lança ao mar, tanto para obter fortuna, quanto casamento e glória social (Langer, 2024c; Langer & Menini, 2020, p. 715; Wawn, 2002, p. 4).

Quanto às caracterizações dos daneses atreladas às figuras divinas de Odin e Thor, isso explica-se pela imensa popularidade da Mitologia Nórdica no Ocidente desde o início do Oitocentos – que ainda não eram tão conhecidos no Brasil desta época, mas reverberavam nos diversos textos lidos por Rodrigues em línguas estrangeiras.

Todavia, o que tudo isso indica na tese deste naturalista brasileiro? Além de um eurocentrismo inevitável, o que podemos deduzir do emprego destas palavras em sua tese? A ideia de civilização. A presença nórdica no passado brasileiro fazia parte de um ideal que teve início no Iluminismo do Setecentos, onde o homem era um objeto natural, sendo a sua relação com a natureza definida pela oposição barbárie e civilização (Domingues, 2009, p. 167-169). O

indígena em si não era um homem civilizado, mas um estado degenerado de um passado glorioso e avançado, que regrediu à sua situação tecnológica, moral e social até à chegada dos portugueses. Ao contrário da maioria dos etnógrafos, antropólogos e arqueólogos do Segundo Reinado brasileiro – que eram evolucionistas (Domingues, 2009, p.174-175), Rodrigues não aceita esta teoria (1876a, p. 110). Aqui o naturalista estava muito mais alinhado com a historiografia efetuada pelo IHGB, pois em um artigo célebre publicado em 1845 na *Revista do IHGB*, Carl von Martius já aludia à tese decadentista¹¹ dos indígenas brasileiros (Guimarães, 2000), seguido por Francisco Adolfo de Varnhagen (Noelli; Ferreira, 2007, p. 1239-1264).

Neste sentido, Rodrigues distingue dois vestígios básicos: monumentos – que eram obras originais dos povos nórdicos pelo Amazonas; objetos líticos e arte rupestre – interpretados como obras de povos degenerados. A cerâmica seria obra somente dos costumes indígenas (no seu segundo estudo de 1876, sobre arte cerâmica, por sinal, não ocorre nenhuma menção da tese da origem nórdica). Os monumentos seriam obras superiores do espírito humano, mas não seriam simplesmente marcos de memória, mas puros vestígios arqueológicos aos moldes do antiquarismo setecentista (Choay, 2001, p. 17-22). E, mais do que isso, uma prova da superioridade da cultura do norte europeu: “o contacto de um povo mais artista e industrioso levou os primitivos habitantes de nossas matas a um grão de adiantamento superior ao que tem hoje” (Rodrigues, 1876a, p. 94, grafia original do autor). Também é interessante perceber que Rodrigues não tem uma visão negativa dos vikings – sempre muito populares nas artes, mídias e na cultura pop atual enquanto guerreiros selvagens – e sim, uma visão de que os nórdicos antigos eram objetivamente um povo civilizado e audacioso que transmitiam seus ‘valores pacíficos’ e sua cultura “sofisticada’ aos primitivos e,

¹¹ A tese decadentista defendia que os indígenas do Novo Mundo eram povos degenerados de ‘civilizações’ mais sofisticadas no passado. Ela já existia em autores europeus desde o Setecentos (Gerbi, 1996, p. 56).

pelo contrário, foram os portugueses que trouxeram destruição, escravidão e guerra após Cabral:

(...) parece que foi a dos que legaram aos nossos selvagens a civilização extinta, que suas antiguidades ainda perpetuam e que nossos descobridores aniquilaram, fazendo com que, tribus pacíficas e laboriosas tornassem-se nomades, inúteis e ferozes (...). A Dinamarca, pois, parece que muito influíu na vida do povo de então (Rodrigues, 1876a, p. 98).

Outra evidência de que o naturalista imagina uma cultura original sofisticada é o uso das inscrições rúnicas como demarcação temporal e histórica do momento em que supostamente chegaram na Amazônia: “tempos rúnicos” (1876a, p. 99), também um termo pouco usual entre os escandinavistas, mas que na mente do naturalista determina também uma superioridade civilizacional (visto que os indígenas não tinham nenhuma forma de escrita).

Apesar de muito influenciado por Carl Rafn, também existiram diferenças entre Rodrigues e este acadêmico dinamarquês. Este último acreditava que os vestígios arqueológicos dos nórdicos na América do Norte eram puramente obra de europeus, sem nenhuma interferência ou miscigenação com os indígenas locais. As estruturas monumentais (como os montículos funerários de Ohio) e evidências de inscrições (como a pedra de Dighton) teriam sido edificadas por povos mais antigos e superiores que os nativos contemporâneos a Colombo, os nórdicos. As publicações de Rafn auxiliaram a construção da noção dos Estados Unidos como uma nação de raça única que negava assimilação (a branca, europeia), incorporando os ideais de evolução e progresso, mas negando a história indígena (Melton, 2024, p. 2-6). Já Rodrigues era decadentista: os monumentos amazônicos foram obra de nórdicos antigos, que se mesclaram aos indígenas – a história e a cultura dos nativos amazônicos deveria ser estudadas amplamente, mas dentro de uma noção de uma antiga civilização superior (europeia), que foi degenerada.

Também a ideia de religião foi diferente. Nas sagas islandeses, os primeiros nórdicos a desembarcarem na América do Norte (na região conhecida como Vinlândia) já eram cristãos, mas a recepção dos estudos de Rafn entre os intelectuais norte-americanos gerou um sentimento anti-católico (Melton, 2024, p. 8). Já para o naturalista brasileiro, o tema religioso era dúbio. De um lado, exalta o ‘paganismo’ nórdico ao representar o viking amazônico como filho de Odin ou sectário de Thor, mas também exalta os daneses que vieram ao Amazonas como cristãos, portando cruzeiros simbolizando a liberdade e a redenção (1880, p. 7).

Com o tempo, Barbosa Rodrigues afastou-se da tese da presença danesa na Amazônia, sendo o último pesquisador a defender tal pensamento na academia brasileira.¹² Já no século seguinte, a tese iria voltar, mas desta vez nas mãos de um pesquisador estrangeiro.

O retorno dos vikings

Em 1976 foi publicado o livro *Os vikings no Brasil*,¹³ que não somente ressuscitou o tema da presença nórdica, como também gerou um grande impacto na cultura pop da época, o primeiro movimento de vikingmania em nosso país. Mahieu acreditava que populações nórdicas haviam entrado pela América do Sul e formado as bases civilizacionais das culturas andinas e amazônicas, que se degeneraram progressivamente. Mahieu não cita diretamente a obra de João Barbosa Rodrigues, mas conheceu Carl Rafn pelo livro de Gravier, 1874.¹⁴

¹² Vale a menção de que Rodrigues teve um embate acadêmico com os pesquisadores do Museu Nacional Ladislau Neto e Ferreira Pena, constituindo a primeira grande rivalidade na arqueologia brasileira. Rodrigues defendia uma origem nórdica para os indígenas da Amazônia, enquanto Neto e Pena eram partidários de uma origem andina (Langer, 2000, p. 269).

¹³ Seu autor, o professor francês Jacques Girault (1915-1990), utilizava o pseudônimo de Jacques de Mahieu. Ele foi membro da 33ª. divisão SS na França ocupada, indo para a Bélgica em 1944, mudou-se para Buenos Aires no início dos anos 1970, onde se naturalizou argentino. Fundou o Instituto de Ciências do Homem de Buenos Aires em 1974. A obra de Mahieu era eurocêntrica e se filiava ao nacionalismo peronista e teorias raciais do nazismo (Francois, 2019, p. 127).

¹⁴ Mahieu deve ter sido influenciado por outro francês radicado na Argentina, o geólogo Raymond Chaulot, que acreditava que os indígenas Comechingones de Córdoba eram de origem ‘viking’, durante o Congresso de História Argentina de 1941 (Schobinger, 1977-1978, p. 43). Por sua vez, os ideais de Mahieu vão

A tese básica de Mahieu é que um líder viking de nome Jarl Ullman, provindo da região do Eslésvico, teria penetrado pela América Central e foi considerado o deus branco Quetzalcáct, conquistando o império tolteca no México. Quando o seu exército começou a se mesclar com a população nativa local, Ullman avançou sobre a América do Sul (Goodrick-Clarke, 2004, p. 237), mas também criou diversas bases marítimas pelo litoral de todo o Brasil e conquistou a Amazônia (Mahieu, 1976, p. 150). As principais evidências que o autor apresenta para respaldar a sua teoria são: documentos históricos, arte rupestre, relatos folclóricos e míticos e supostas evidências arqueológicas.

Mahieu analisa documentos históricos e semi-históricos, como as descrições das Amazonas e cidades perdidas no Novo Mundo e percebe nestas referências elementos para comprovar a antiga existência de pessoas brancas entre os indígenas (comprovando assim a presença nórdica, Mahieu, 1976, p.77). O problema é que o autor não realiza uma análise crítica, contextual e historiográfica desta documentação. Muitas das descrições de mulheres guerreiras, de cidades perdidas e seus habitantes, constantes em documentos coloniais são fantasiosas ou míticas e não contém historicidade.

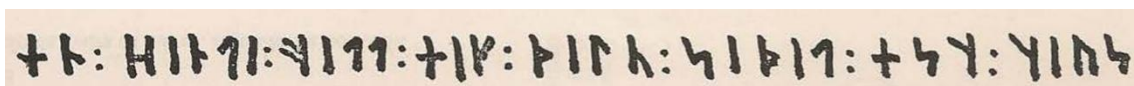


Figura 3: Os caracteres da Pedra da Gávea, transcritos como sendo uma inscrição rúnica, que teriam a seguinte transliteração aos caracteres latinos: <en htnli fill eikthila sithil esk kius>, traduzidas ao português como: “Próximo a este rochedo, numerosas pranchas de carvalho para navio depositadas praias areia grossa (ou pedrinhas)”. Esta tradução recebeu a colaboração do professor alemão Hermann Munk (Mahieu, 1976, p. 202). Na realidade aqui o autor seguiu uma tradição inaugurada desde o IHGB no período regencial, considerando as inscrições e a formação da Gávea como sendo antrópicas, mas as pesquisas geológicas e arqueológicas atuais já analisaram ambos como sendo produtos naturais.

influenciar diretamente o político e escritor chileno Miguel Serrano, que nas décadas de 1970 e 1980 publicou diversas obras mesclando ideologias nazistas, esoterismo e fantasias raciais dos daneses trazendo a civilização aos povos indígenas sul americanos antes dos espanhóis (Goodrick-Clarke, 2004, p. 236-237). Essas idealizações históricas necessitam de maiores aprofundamentos, especialmente a conexão entre políticos extremistas e a teoria dos vikings na América do sul.

As interpretações de arte rupestre de Mahieu são totalmente fantasiosas. O autor desconhece uma bibliografia profunda sobre as classificações, a morfologia e os padrões destas manifestações visuais, bem como as suas diversas diferenças (pinturas naturalistas ou gravuras com padrões geométricos e não figurativos), sempre selecionando determinados painéis e com uma interpretação como sendo inscrições, ou seja, alfabetos – aqui Mahieu segue uma tendência inaugurada desde o período colonial e coloca-se à margem de toda discussão arqueológica atualizada deste tema. Os nórdicos da Era Viking¹⁵ possuíam uma escrita alfabética denominada rúnica, na qual caracteres eram esculpidos em rocha ou madeira – e a ideia deles fazendo pinturas de animais ou navios em cavernas da Amazônia ou Paraguai é totalmente descabida.

As supostas descrições coloniais e mitológicas de indígenas (ou deidades) brancas pela América, uma das evidências de que os nórdicos teriam se miscigenado com os nativos no passado, explica-se pela presença do albinismo, uma enfermidade metabólica que altera a melanina dos indivíduos.

¹⁵ O autor utiliza 109 vezes a expressão *viking* em seu livro, sempre em um sentido étnico (indiferentemente da região ou período da história escandinava). Outros termos são menos frequentes, como nórdicos (53), escandinavos (21), dinamarquês (21), norueguês (21), sueco (3), danês (5). Talvez a imensa popularidade do termo *viking*, já em pleno século XX, tenha relação com a divulgação do cinema (o primeiro filme popular sobre ‘vikings’ é de 1928, mas em 1958 a produção ‘Vikings, os conquistadores’ obteve um sucesso estrondoso, sobre o tema ver: Delgado, 2023), mas isso requer novas pesquisas no futuro.

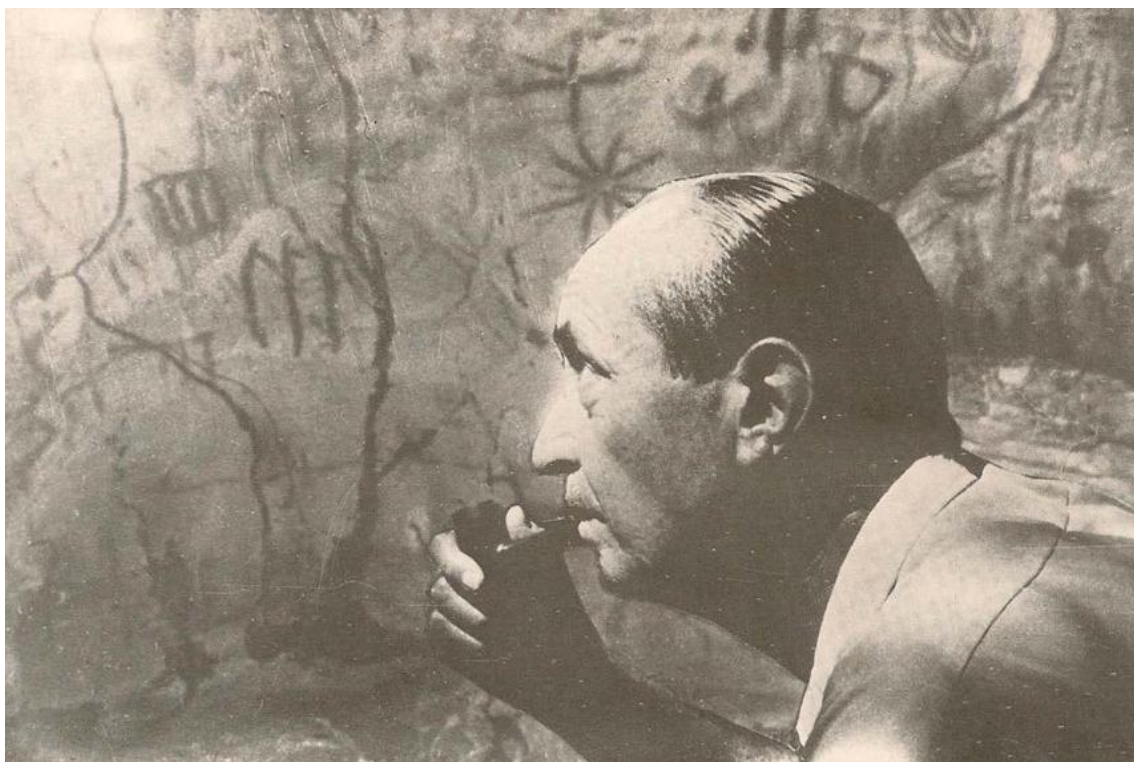


Figura 4: Fotografia do professor Mahieu (1976, p. 219) observando pinturas rupestres em Sete Cidades no Piauí (todas de origem indígena, mas consideradas ‘vikings’).

Contudo, certamente o momento mais delirante da obra de Mahieu é quando ele reinterpreta o tema de formações geológicas, que teriam sido construções humanas antigas, a exemplo de Sete Cidades (Piauí) e a pedra da Gávea no RJ. O curioso é que o autor retoma as publicações de Ludwig Schwennhagen e Bernardo da Silva Ramos, que concebiam que as formações citadas eram fenícias – mas agora vistas como uma ‘miragem’ teórica por ele. Mahieu elenca uma série de supostas evidências litorâneas, de Marajó no Pará até as ilhas de Santa Catarina, no que ele denomina de “A costa dinamarquesa”, mas que na realidade são todas formações naturais.

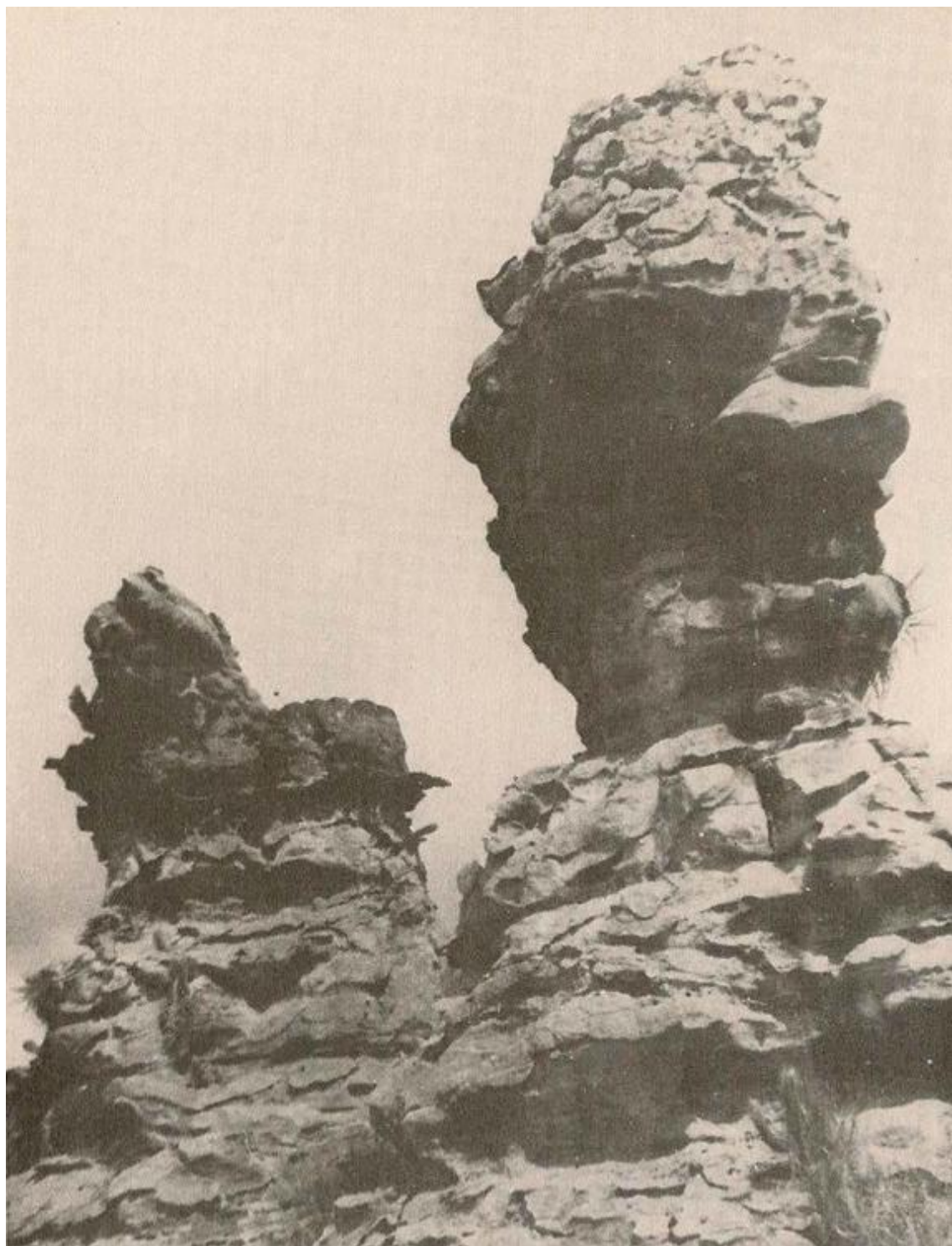


Figura 5: Ao lado, fotografia de uma formação em Sete Cidades, Piauí, tomada como sendo a representação de um ‘viking’ (Mahieu, 1976, p. 213), mas que na realidade é uma estrutura geológica.

A obra de Mahieu não gerou grandes repercussões no mundo acadêmico¹⁶, mas se mantém corriqueira até hoje na cultura pop¹⁷ e entre intelectuais revisionistas e de ideologias extremistas, especialmente na Argentina e sul do Brasil.

Conclusão: o sonho de um Brasil viking

A imagem do viking no Oitocentos foi utilizada essencialmente para promover os interesses de grupos conectados a questões de natureza política e identitária na Escandinávia, especialmente no contexto do interesse do romantismo nacionalista pelo passado nórdico. Esta história foi promovida como gloriosa pelos seus autores. Assim, Carl Rafn iniciou o seu interesse em vincular os nórdicos com a região dos Estados Unidos, utilizando inicialmente as sagas islandesas e posteriormente supostos vestígios arqueológicos. Por sua vez, os intelectuais norte-americanos empregaram a tese nórdica para enfatizar a sua superioridade racial e religiosa frente aos nativos.

Esse mesmo caminho foi retomado pelos intelectuais do IHGB, em correspondência com Carl Rafn e a Sociedade dos Antiquários do Norte, mas onde a busca pelo passado procurava determinar uma identidade nacional constituída pela existência de povos europeus que não fossem os portugueses e que contivessem marcas civilizatórias – especialmente manifestadas nas inscrições da Gávea e na cidade perdida da Bahia, pensadas como pontos da presença nórdica. Aqui houve nitidamente um uso político da História dos Vikings, utilizada para justificar os interesses da elite governamental do período.

¹⁶ Com exceção de alguns artigos em espanhol escritos pelo arqueólogo argentino Juan Schobinger (1977-1978, pp. 25-73), que realizou uma detalhada crítica antropológica, linguística, iconográfica e cultural de toda a obra de Mahieu, que considera tão fantasiosa quanto a dos escritores contemporâneos de ufologia e temas fantásticos.

¹⁷ Destacamos em especial o romance juvenil ‘Operação vikings na Amazônia’ (Luis de Santiago, 1983); o quadrinho ‘Guaraciaba’ (Rodval Matias, 1981); os filmes ‘Menino do Rio’ (1982) e ‘Xuxa e o tesouro da cidade perdida’ (2004); a música ‘Tupiniviking’ (Negrayscow, 2024).

Ao final do Segundo Reinado, João Barbosa Rodrigues reacendeu, ao menos em um curto momento, o ideal desta presença nórdica, após a sua missão científica no Amazonas – que também envolvia pressupostos colonialistas dos territórios nativos e de seus habitantes. Ao atualizar a teoria decadentista, Barbosa voltou a colocar os indígenas como inferiores aos europeus, legitimando uma colonização interna do Brasil (no caso, a conquista e exploração da Amazônia). Neste sentido, as ciências no Brasil imperial confluíam com os projetos coloniais (Noelli, Ferreira, 2007, p. 1242), novamente, um uso político dos vikings.

Já durante o século 20, a tese da origem nórdica retorna, mas agora sob um viés estrangeiro, de um acadêmico argentino, identificado a grupos de extrema direita. Em seus escritos, Mahieu radicaliza ainda mais do que seus antecessores: toda e qualquer forma de civilização na América foi promovida pela antiga presença dos vikings, uma população branca que foi divinizada pelos nativos e que trouxe a tecnologia e a ordem social. A tese fantasiosa de Mahieu insere-se em políticas de identidade e visões de mundo de grupos identificados com a extrema direita e valores supremacistas eurocêntricos na América do Sul. Os vikings passam a validar pensamentos raciais, segundo os quais uma ‘civilização branca’ teria fundado originalmente os principais grupos indígenas da América do sul, negando toda forma de história produzida pela academia sobre o tema.

Hoje em dia os vikings são um fenômeno global e tem sido utilizados em quase tudo, da arte e educação até o entretenimento, política e propaganda (Berg; Jensen, 2019). No Brasil o panorama não é diferente. Esperamos ter fornecido algumas bases reflexivas e conceituais para se entender as origens da vikingamania e do fenômeno tupiniviking¹⁸ na Terra de Santa Cruz.

¹⁸ *Tupiniviking* é um termo popularizado no Brasil dos anos 2010 e que remete aos adeptos do viking Metal e ou brasileiros que consomem uma cultura visual relacionada aos vikings, mas como demonstramos no presente artigo, a tese da relação dos vikings com os indígenas do Brasil foi popularizada nos anos 1970 com a publicação do livro ‘Vikings no Brasil’, de Mahieu – deste modo, o conceito de tupiniviking pode ser ainda mais antigo, algo a ser explorado no futuro.

Referências Bibliográficas:

Fontes primárias:

- Adêt, C.E. Découverte d'une ville ancienne dans les forêts du Brésil. *La Revue Indépendante*, n. 8, tomo XXI, 1845, pp. 494-509.
- Barbosa, J.C. Relatorio do secretario perpetuo. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, tomo I, n. 4, 1839, pp. 271-280.
- Debret, J.B. *Voyage Pittoresque et Historique au Brésil*. Paris: Firmin Didot Frères, 1834-1839.
- Gravier, G. *La découverte de l'Amérique par les Normands au Xe siècle*, Paris: Maisonneuve & Co, 1874.
- Lerebours, P.-V. *Coup d'œil sur les antiquités skandinaves*. Paris, Challamel, 1841.
- Lund, P. Efterretning om en foregiven opdagelse i provindsen Bahia af en by fra oldtiden. *Antiquarisk Tidsskrift*. Kjöbenhavn: Bog-og Nodetrykker, 1845, pp. 143-154.
- Mahieu, J. *Os vikings no Brasil*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976.
- Porto Alegre, M.A. Relatorio sobre a inscripção da Gavia. *Revista do IHGB* n. 2, 1839, tomo I, pp. 77-81.
- Rafn, C.C. *Nordiske Kæmpe-Historier Efter Islandske Haandskrifter Fordanskede*. Kjöbenhavn: Forfatterens Forlag, 1821.
- Rafn, C.C. *Oldnordiske Sagaer*. Kjöbenhavn: Trykt hoe Andreas Seidelin, 1829.
- Rafn, C.C. *Antiquitates americanae*. Hafniæ (København): Typis Office Schultziæ, 1837.
- Rodrigues, J.B. Antiguidades do Amazonas. *Ensaio de Sciencia* 1, 1876a, pp. 91-125.
- Rodrigues, J. B. Antiguidades do Amazonas. *Ensaio de Sciencia* 2, 1876b, pp. 3-23.

Rodrigues, J.B. Antiguidades do Amazonas. *Ensaio de Sciencia* 3, 1880, pp. 3-53.

Schüch, R. *Carta ao cônego Januário Barbosa sobre as inscrições da Gávea*. Rio de Janeiro: IHGB, 17 de setembro de 1839, lata 140, documento 54 (manuscrito, sem paginação).

Fontes secundárias:

Berg, L.L.L e Jensen, L. Historiebrug af vikingetiden. *Danmarkshistorien*, Aarhus Universitet, 2019. <https://danmarkshistorien.dk/vis/materiale/historiebrug-af-vikingetiden/> Acesso em 19 de novembro de 2024.

Choay, F. *A alegoria do patrimônio*. São Paulo: Editora da Unesp, 2001.

Christiansen, E. *The norsemen in the Viking Age*. London: Blackwell Publishing, 2002.

Delgado, A.R. *Épica y barbarie en la pantalla: Representación de la cultura vikinga a través de las ficciones del cine y la televisión*. Tese de Doutorado em História, Universidade de Alicante, 2023.

Domingues, H.M.B. O homem, as ciências Naturais e o Brasil no século XIX. *Acervo* 22(1), 2009, pp. 167-178.

Djupdræt, M.B. Vikingen bliver til. In: *Vinkler på Vikingetiden*. Nationalmuseet & Skoletjenesten: 2013, pp. 6-14.

Ferreira, L.M. e Noelli, F.S. João Barbosa Rodrigues. *Amazônica* 1(1), 2009, pp. 68-95.

Faulkes, A. The Viking Mind or In Pursuit of the Viking. *Saga Books: Viking Society for Northern Research*, vol. XXXI. 2007, pp. 46-83.

François, S. L'imaginaire viking et les extrêmes droites française et belge contemporaines. *Nordiques* 37, 2019, pp. 113-130.

Gerbi, A. *O Novo Mundo: História de uma polêmica, 1750-1900*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

- Goodrick-Clarke, N. *Sol negro: cultos arianos, nazismo esotérico e políticas de identidade*. São Paulo: Madras, 2004.
- Guimarães, L. Uma parceria inesperada: o Instituto Histórico e Geográfico e a Real Sociedade dos Antiquários do Norte. *Revista do IHGB* n. 384, 1994, pp. 499-511.
- Guimarães, L. Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. In: VAINFAS, Ronaldo (Org.). *Dicionário do Brasil Imperial*. São Paulo: Objetiva, 2002a, pp. 380-382.
- Guimarães, L. Pedro Lund. In: VAINFAS, Ronaldo (Org.). *Dicionário do Brasil Imperial*. São Paulo: Objetiva, 2002b, pp. 575-576.
- Guimarães, L. Cônego Benigno. In: VAINFAS, Ronaldo (Org.). *Dicionário do Brasil Imperial*. São Paulo: Objetiva, 2002c, pp. 159-160.
- Guimarães, M.L.S. História e natureza em von Martius. *História, Ciências, Saúde: Manguinhos*, 7(2), 2000, pp. 389-410.
- Guimarães, M.L.S. Nação e Civilização nos Trópicos: o Instituto Histórico Geográfico Brasileiro e o projeto de uma história nacional. *Estudos Históricos* 1(1), 1988, pp. 5-27.
- Heide, E. Viking – rovwer shifting? An etymological contribution. *Arkiv för nordisk filologi*, vol. 120, 2005, p. 41-54.
- Hillbrand-Grill, F. Schüch (Schiech, Schuch) Rochus. *Österreichisches Biographisches Lexikon*, vol. 11, 1999, p. 285.
- Holten, B. e Guimarães, L.M.P. Desfazendo as Ilusões: o Dr. Lund e a suposta presença escandinava na terra de Santa Cruz. *Locus: Revista de História* 3(1), 1997, pp. 45-62.
- Hunter, D. *Stone of power: Dighton rock, colonization and the erasure of an indigenous past*. Tese de Doutorado em História, Toronto, Universidade de York, 2015.
- Krüger, J. „Wikinger“ im Mittelalter Die: Rezeption von víkingr m. und víking f. in der altnordischen Literatur. Berlin/New York: Walter de Gruyter, 2008.

- Langer, J. Gjetninger om vikinger i Brasil i 1840-årene. *Nordics.info*, Aarhus University, 19. marts 2025a.
- Langer, J. *Heroicos guerreiros: a História da Era Viking*. São Paulo: Editora Livros Vikings, 2025b.
- Langer, J. *Odin: uma história arqueológica da Dinamarca viking*. Petrópolis: Editora Vozes, 2024a, pp. 148-152.
- Langer, J. Arqueologia viking e nacionalismo. *Revista Brasileira de História da Ciência* 17(2), 2024b.
- Langer, J. Horned, barbarian, hero: the visual invention of the Viking through European art (1824-1851), *Scandia Journal of Medieval Norse Studies* vol. 4, 2021, pp. 131-180.
- Langer, J. Viking. In: Langer, Johnni (Org.). *Dicionário de História e Cultura da Era Viking*. São Paulo: Hedra, 2018, p. 706-718.
- Langer, J. Vikings, cultura e região: o mito arqueológico nórdico dos Estados Unidos. *Olho da História* n. 18, 2012, pp. 1-16.
- Langer, J. A Cidade Perdida da Bahia. *Revista Brasileira de História* 22(43), 2002a, pp. 127-152.
- Langer, J. The origins of the imaginary Viking, *Viking Heritage Magazine* 4, 2002b, Gotland University/Centre for Baltic Studies, Visby, pp. 6-9.
- Langer, J. *Ruínas e mito: a arqueologia no Brasil Império*. Tese de doutorado em História pela UFPR, 2000.
- Langer, J. e Menini, V.B. A invenção literária do nórdico: Vikingen (O Viking), de Erik Gustaf Geijer (1811). *Scandia: Journal of Medieval Norse Studies* n. 3, 2020, pp. 709-738.
- Marcuse, H. *Reception History*, University of California, 2003.
- <https://marcuse.faculty.history.ucsb.edu/receptionhist.htm#biblio> Acesso em 19 de novembro de 2024.

Melton, ZJ. Race, religion and the Medieval Norse Discovery of America. *Religions* 15(1084), 2024, pp. 1-14.

Nielsen, N.K. Historiebrug - hvad er det? *Danmarkshistorien*, 2012, Acesso em 19 de novembro de 2024: <https://danmarkshistorien.dk/leksikon-og-kilder/vis/materiale/historiebrug>

Noelli, F.S. e Ferreira, L.M. A persistência da teoria da degeneração indígena e do colonialismo nos fundamentos da arqueologia brasileira. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, 14(4), 2007, pp.1239-1264.

Price, D. *Ancient Scandinavia*. Oxford: Oxford University Press, 2015.

Prous, A. *Arqueologia Brasileira*. Brasília: Editora da UNB, 1992.

Ross, M.C. Introduction. In: Ross, M.C.(Org.). *The Pre-Christian Religions of the North*, Vol. I. Turnhout: Brepols Publishers, 2018, p. xxii-xxiii).

Ross, Margaret Clunies & Lönnroth, Lars. The Norse Muse. *Alvíssmál* 9, 1999, pp. 3-28.

Sá, M.R. O botânico e o mecenas: João Barbosa Rodrigues e a ciência no Brasil na segunda metade do século XIX. *História, Ciências, Saúde*, vol. VIII, 2001, pp. 899-924.

Schobinger, J. Mediterráneos, semitas, celtas y vikingos en América. *Anales de Arqueología y Etnología*, 1977-1978, T. 32-33, pp. 25-73.

Simonsen, K. The Cultivation of Scandinavism. In: Hemstad, R. et al (Eds.). *Skandinavismen*. Odense: Syddansk Universitetsforlag, 2018, pp. 73-98.

Wawn, A. *The Vikings and the Victorians*. London: D. S. Brewer, 2002.

Winroth, A. *The Conversion of Scandinavia*. London: Yale University press, 2021.